



**ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! Leitura da ata. *"Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Vinte e Sete da Vigésima Primeira Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Roberto Hashioka, Pedro Kemp, Antonio Vaz, Lidio Lopes, Renato Câmara e Zeca do PT. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lucas de Lima, Gerson Claro e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE - Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA - Foram aprovadas, em redação final e votação nominal, os Projetos de Lei nºs 212 e 275/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 135/2023, de autoria do deputado Renato Câmara. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 62/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Terto de Moraes Valente; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Rubens Hissao Minaguti; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Marcos Antônio Fabri; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares da Força Tática: cabo Rafael Capilé Brites, cabo Fábio Gargioni Galvão e soldado Angélica Cristina Gottardo Loff, por barrarem a ação de um meliante que havia roubado uma moto na região do Jardim Colúmbia; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao primeiro-sargento BM Francisco de Assis Serataia Menacho, do 3º Grupamento de Bombeiros Militares de Corumbá; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares do Pelotão de Força Tática da 11ª Companhia Independente da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul: cabo Rafael Capilé Brites, cabo Fábio Gargioni Galvão, soldado Angélica Cristina Gottardo Loff e soldado Júnior César Benites Jara, por prenderem um meliante que praticou diversas*

*tentativas de estupro no município de Campo Grande; requerimento, de autoria deputado João Henrique, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 17 de abril de 2024, das 14h às 18h, para lançamento da Frente Pró-Vida; requerimento de informações, de autoria do deputado Zeca do PT; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Coronel David, Jamilson Name, Neno Razuk, Lia Nogueira, João Henrique, Marcio Fernandes, Zé Teixeira, Professor Rinaldo, Paulo Duarte, Lidio Lopes, Caravina, Zeca do PT e Mara Caseiro. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, três de abril do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.*

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Expediente da Sessão Ordinária de 4 de abril de 2024: Ofício nº 1.166/2024, da Presidência da República, respondendo à indicação do deputado Junior Mochi; Ofício nº 20.755/2024, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. nº 3.419/2023); Despacho nº 10.703.371/2024, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, respondendo à indicação do deputado Roberto Hashioka (Prot. nº 028/2024); E-mail, da Fundesporte Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Lidio Lopes; Ofício nº 2.795/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Rafael Tavares (Prot. nº 5.342/2023); Ofício nº 2.664/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado João Henrique (Prot. nº 283/2024). Foi lido o expediente, conforme sua solicitação, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Enquanto aguardamos o deputado Paulo Duarte, eu vou ler meu expediente. Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, senhor Laércio Carvalho, solicitando a implementação do Curso de Engenharia Ambiental no Campus de Ivinhema. O Vale do Ivinhema é uma região muito importante no que diz respeito ao meio ambiente. É necessário que haja ações no sentido de preservar o rio Ivinhema e as nascentes de toda a região, os vários córregos e rios. O rio Piraveve mesmo está precisando de socorro, com um assoreamento muito grande; rios deixaram de existir, como o córrego Azul, importante para a cidade, porque era praticamente um balneário, por conta de suas águas límpidas. Então, ações de pesquisa são necessárias. Logo, é importante que a UEMS ofereça um curso que oportunize essa discussão, a fim de preparar as comunidades que se interessem pelo meio ambiente, os jovens principalmente. Isto é um ganho muito grande

para Mato Grosso do Sul. Outra indicação. Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, e ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a cobertura da rampa da entrada e o fechamento lateral da quadra poliesportiva da Escola Estadual Barão do Rio Branco, no município de Douradina. Esta reivindicação foi encaminhada ao nosso gabinete pela Câmara de Vereadores, por solicitação da vereadora Lucilene de Mendes. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando — em caráter de urgência — a reforma geral da Escola Estadual Irman Ribeiro de Almeida Silva, localizada no município de Nova Andradina. Serviços necessários: pintura, substituição de estruturas metálicas, fechamento de refeitório, reforma dos banheiros, cobertura do pátio. Esta reivindicação foi encaminhada ao nosso gabinete pela diretora da escola, senhora Karine de Fátima Marone. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas e todos os presentes nesta Sessão! Eu venho apresentar um requerimento. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado ofício deste Poder ao diretor-presidente da Agência de Gestão Empreendimentos (Agesul), senhor Mauro Azambuja, solicitando informações detalhadas a respeito do grande tráfego de caminhões tritrens transportando toneladas de eucalipto pela rodovia MS-450, conhecida como estrada-parque de Piraputanga, localizada no Bioma Pantanal sul-mato-grossense. Solicito saber: "1 - Há previsão de obras de adequação na rodovia MS-450, em razão do grande tráfego de caminhões que transportam eucalipto? 2 - A empresa Suzano, responsável pelo transporte dessas cargas, contribuirá para as adequações necessárias?". Lembrando que a estrada-parque de Piraputanga é muito importante, foi recentemente pavimentada, é importante para o turismo da região do Pantanal, e portanto precisa urgentemente de uma intervenção, no sentido de disciplinar o tráfego intenso, sob pena inclusive de destruição da rodovia, como também de risco a quem transita por aquela área. Era o que eu tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Senhor presidente, eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor José Mário Antunes da Silva, secretário municipal de Assistência Social de Campo Grande, solicitando que oriente os Centros de Referência de Assistência Social a informarem ao cidadão o horário de funcionamento das unidades da Defensoria Pública. Justificativa: de acordo com as informações oficiais, as unidades da Defensoria Pública Estadual iniciam seu atendimento às 12 horas; porém, essa informação não é de conhecimento de toda a



população, sobretudo dos mais carentes. Sem a referida informação, muitas pessoas encaminhadas chegam às unidades da Defensoria no período matutino e encontram o prédio fechado. Essa situação gera despesa com transporte público, pedido desnecessário de dispensa do trabalho e até desistência do atendimento. Era o que tinha, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, mídia, público que nos acompanha pela TV e Rádio Alems, bom dia! Eu trago hoje duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia à diretora da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (Agehab), senhora Maria do Carmo Avesani Lopes, solicitando providência no sentido de possibilitar o refinanciamento e parcelamento de dívidas, bem como que sejam providenciados meios para viabilizar a regularização de imóveis de titularidade dos mutuários do município de Brasilândia, por conta das dificuldades financeiras e burocráticas enfrentadas pelos mutuários para obtenção da titularidade de suas residências. Esta solicitação foi encaminhada ao nosso gabinete pelo vereador Edinho do Master. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Incra, senhor Paulo Roberto da Silva, solicitando providências no sentido de realizar a regularização fundiária, bem como a outorga de título de propriedade aos moradores do assentamento Indaiá, localizado no distrito de Cipolândia, no município de Aquidauana. Este pedido foi encaminhado ao nosso gabinete pelo vereador Sebastião Rodrigues, que tem uma atuação forte no distrito de Cipolândia. Ele esteve com os moradores e foi informado de que o Incra vem fazendo a regularização fundiária em assentamentos rurais em todo o estado. No entanto, o pedido é para que esse trabalho seja intensificado e agilizado no distrito de Cipolândia. Por hoje é só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares! Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do estado, com cópias ao senhor Rodrigo Perez Ramos, secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica (Segov), e ao senhor Herculano Borges, diretor-presidente da Fundação de desporto e lazer de Mato Grosso do Sul (Fundesporte), solicitando esforços no sentido de viabilizar a destinação de recursos para a aquisição de um transporte coletivo para os esportistas do município de Inocência. Esta proposta visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete pela senhora Mariene Garcia de Freitas, presidente municipal do Republicanos de Inocência. Com o crescimento populacional previsto para os próximos anos, é



imperativo que nos preparemos adequadamente para atender às necessidades da comunidade, especialmente no que diz respeito ao apoio aos atletas locais. Atualmente, a Secretaria de Esporte de Inocência enfrenta uma lacuna significativa em suas capacidades de transporte de esportistas, pois não possui nenhum veículo dedicado exclusivamente para esse fim, o que limita severamente a participação dos nossos talentosos atletas em competições regionais, treinamentos externos e eventos esportivos fora do município. Outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia autônoma ao presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a manutenção das sinalizações da rua da Pátria, no bairro Caiçara. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Marcos Lima Silva, vereador do município de Bela Vista; e do senhor Breno César Gonçalves, vereador do município de Três Lagoas! Sejam bem-vindos à nossa Casa de Leis! Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 00991/2024); um projeto de lei (Prot. nº 00990/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 00975/2024, 00976/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 00977/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: cinco indicações (Prot. nºs 00970/2024, 00971/2024, 00972/2024, 00973/2024, 00974/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 00985/2024, 00986/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 00984/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 00988/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: três indicações (Prot. nºs 00981/2024, 00982/2024, 00980/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 00983/2024).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrições, com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Vossa Excelência dispõe de 30 minutos.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhora deputadas! Eu venho à tribuna para tratar de um tema importante, a situação da estrada-parque de Piraputanga. Eu conversei com o deputado Pedro Kemp, e nós dois estamos preocupados com isso. Ressalto que o deputado Pedro Kemp manifesta apoio irrestrito a nós nesse sentido; e nós, a ele. Eu recebi de pessoas que moram na região da estrada-parque de Piraputanga, a MS-450, várias reclamações. A estrada, hoje, é rota de turismo, a região está crescendo muito, Piraputanga, Camisão, enfim. Mas, hoje, encontramos-nos diante do seguinte dilema: 'desenvolver o estado' de um lado e do outro 'conservar o meio ambiente'. O tráfego de caminhões tritrens, com toneladas e toneladas de eucalipto é intenso na região. Nós não estamos discutindo isso. Já foi plantado. Ontem eu conversei com o diretor-presidente da Agesul, Mauro Azambuja, justamente sobre alternativas. Intervenções precisam ser feitas na estrada, pontos de parada, túneis para trânsito de

animais, etc. Nós estamos falando de uma região que tem um potencial fantástico, um espaço turístico importante, com perspectivas muito claras de crescimento econômico também, por ser uma região preservada. Precisamos resolver essa situação. O assunto precisa ser diariamente debatido. Mato Grosso do Sul cresceu em 2023, foi o terceiro estado em questão de crescimento. Portanto, nosso estado tem crescido acima da média nacional. Isto é bom, é importante; mas traz, ao mesmo tempo, dilemas e também problemas a serem resolvidos. Precisamos buscar um equilíbrio. Nós não queremos, de forma nenhuma, impedir o desenvolvimento econômico e social, não queremos impedir que empresas venham para o estado. Mas não podemos concordar *aqui tudo pode*. A gente percebe que isso está acontecendo naquela região. O poder público precisa intervir, com a participação, inclusive, da empresa interessada, a Suzano, que tem investido maciçamente em Mato Grosso do Sul. Vale lembrar que a estrada foi pavimentada para buscar o crescimento do turismo na região. Se nós não tomarmos providências, a estrada ficará destruída, colocando em risco as pessoas que por lá transitam. Na região do Pantanal, temos a BR-262, que, hoje, deputado Pedro Kemp, corre o sério risco de ficar completamente destruída, principalmente no trecho de aterro de Corumbá a Miranda, passando pelo Buraco das Piranhas. Isso se deve ao desenvolvimento econômico e ao baixo nível do rio Paraguai. Todo o minério que normalmente era escoado pela hidrovía, exportado pela hidrovía, hoje, por conta do baixo nível do rio Paraguai, está sendo transportado por rodovia. Então, a BR-262, deputado Pedro Kemp, está sendo, aos poucos, completamente deteriorada, oferecendo risco às pessoas que por lá trafegam e à fauna pantaneira. A solução, deputado Antonio Vaz, seria a recuperação da ferrovia. O governo tem tratado disso. Por questões ambientais, uma estrada que atravessa o Pantanal não pode ser duplicada. A saída seria a ferrovia. Outro dilema, deputado Pedro Kemp, o crescimento econômico, que precisa caminhar paralelamente à preservação ambiental. Novas empresas do ramo do minério estão sendo instaladas lá, a produção está aumentando; eu trafego quase que semanalmente por aquela estrada e sei que é impossível fazer todo o escoamento pela BR-262...

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Um aparte, deputado?

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Concedo um aparte a Vossa Excelência.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Agradeço. Parabéns por abordar este tema tão relevante. Era minha intenção falar sobre isso hoje. Essa situação levou a entidade SOS - Pantanal a renunciar sua vaga no Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da Estrada-Parque Piraputanga. A SOS - Pantanal fez isso como forma de protesto pelo que está acontecendo na estrada. Como Vossa Excelência já bem disse aqui, aquela região é turística, é uma região de preservação ambiental, é lindíssima. Logo, precisa realmente receber uma atenção especial do governo. Em outra ocasião nós já discutimos sobre o aumento do tráfego de caminhões tritrens, como Vossa Excelência disse, carregados de eucalipto. Isso vai destruir a estrada e provocar danos ao meio ambiente. Eu me somo a Vossa Excelência, deputado, e faço um apelo

à Agesul e ao Imasul, para que olhem com carinho para essa situação e busquem soluções. Como o deputado disse, o eucalipto já foi plantando, agora precisa ser transportado; mas é preciso que sejam criadas alternativas para o transporte da produção como um todo. Eu já recebi telefonemas e E-mails de vários moradores da região, de pessoas que compraram chácaras voltadas ao lazer, enfim. As pessoas estão demonstrando preocupação com relação ao que está acontecendo. A SOS - Pantanal é uma entidade respeitadíssima, esteve aqui na Assembleia quando nós discutimos a Lei do Pantanal e teve uma participação muito importante na discussão. Nós precisamos levar em conta essa manifestação. Eu tenho aqui uma carta da SOS – Pantanal na qual ela faz esse alerta. O Imasul e a Agesul precisam olhar com carinho para essa situação e buscar alternativas. Precisamos cobrar isso. Esperamos não ter em breve problemas ambientais da região. Obrigado pelo aparte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Obrigado, deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Um aparte, deputado?

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Concedo, com prazer, um aparte ao meu querido amigo deputado Pedrossian Neto.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Eu cumprimento Vossa Excelência pelo pronunciamento. Sua preocupação é legítima. É bom trazer este assunto a esta Casa. E eu quero falar sobre algo que, na realidade, é parte da solução dos problemas ambientais, econômicos e logísticos que temos: a retomada da ferrovia. Diante disso, eu vou dar uma notícia a todos. Ontem, em Brasília, nós participamos de uma reunião muito importante. O governador Eduardo Riedel, o governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e o Ministro dos Transportes, Renan Filho, discutiram sobre a retomada da Malha Oeste, aquela ferrovia, que, desde 1904, é uma realidade para o antigo Mato Grosso, o sul de Mato Grosso. E, hoje, em pleno 2024, Mato Grosso do Sul, que está crescendo, não tem uma ferrovia. Naturalmente que a ferrovia resolve boa parte dos problemas logísticos da BR-262, mas hoje ela tem ceifado vidas, tem matado uma quantidade intolerável de animais silvestres de pequeno, médio e grande porte. Mas, ontem, um passo importante foi dado. Porque o projeto ficou diferente daquela ideia original que foi discutida ano passado, inclusive aqui dentro desta Casa. A proposta era ligar Corumbá a Mairinque, no estado de São Paulo, com 18 bilhões de reais de investimento. Se nós tivéssemos esse projeto, deputado, teríamos uma viabilidade econômica financeira muito baixa. Por quê? Nenhuma empresa privada tem condições... na verdade até tem condições, mas não é tão fácil viabilizar recurso, seja próprio, seja por meio de financiamento com BNDES, com BID, CAF etc. Bom, o projeto ficou definido da seguinte maneira: na primeira fase, de Campo Grande até Três Lagoas; e de Três Lagoas a Aparecida do Taboado criaria-se uma nova linha, essa sim com investimento novo; e de Aparecida do Taboado à Malha Paulista e à Malha Norte. Ou seja, utiliza-se uma malha já existente em São Paulo, que é a Malha Paulista, e não precisa revitalizar a Malha Oeste, ligando Três Lagoas a Mairinque. Então, o projeto, que, inicialmente, era da ordem de 17, 18 bilhões de reais, fica em torno de 6 bilhões de reais.

Bom, aí a coisa começa a ficar em pé. No primeiro momento, de Campo Grande a Três Lagoas; no segundo momento de Corumbá a Campo Grande. E nós estamos preiteando que seja inserido no projeto o hoje esquecido ramal de Campo Grande a Ponta Porã, passando por Sidrolândia, Maracaju, Dourados, distrito de Itahum. Então, vejam que, se nós nos organizarmos, se nós colocarmos a cabeça para funcionar e desenharmos as melhores políticas públicas, conseguiremos tirar do papel projetos tão sonhados, que, para muitos, é uma utopia, mas que, para nós, são objetivos realizáveis. Muito obrigado.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Obrigado, deputado Pedrossian Neto. É importante sua manifestação. Por conta de tudo que estou dizendo aqui, Mato Grosso do Sul vive esse dilema. Eu diria que temos um bom problema para resolver, porque essas questões só estão aparecendo em razão, volto a dizer, do crescimento da economia de Mato Grosso do Sul bem acima da média nacional. Como eu disse, em 2023, MS foi o terceiro estado em crescimento econômico do país. E o crescimento, claro, ocasiona alguns problemas, que precisam ser resolvidos. Mas, voltando à estrada-parque de Piraputanga, o problema precisa ser resolvido com urgência, porque os caminhões já estão trafegando por lá, e a estrada não tem capacidade para suportar o peso dos bitrens e dos tritrens. A estrada não foi projetada para esse tráfego intenso, ela foi projetada para o turismo. Solicitamos, portanto, que a Agesul solucione o problema. Com relação à BR-262, um problema também é muito grave. Infelizmente, a antiga Noroeste do Brasil foi privatizada, foi um péssimo exemplo de privatização, o pior exemplo de privatização que já aconteceu no país. Hoje, nós temos uma ferrovia que foi sucateada ao longo do tempo, deputado Pedrossian. E nós temos apenas essa alternativa. É impressionante. Enquanto os países da Europa investem maciçamente em ferrovia, aqui a gente investe somente em rodovia. Repito: a única alternativa para o escoamento da produção de minério de ferro na região do Pantanal, particularmente em Corumbá e Ladário, é a recuperação da ferrovia. Não adianta mais se pensar em recuperação somente da rodovia, a rodovia não pode ser duplicada naquele trecho, e eu digo que não pode por questões de caráter ambiental, é inviável, e também, quem conhece a região sabe, nós estamos falando de uma estrada construída sobre um aterro no Pantanal. Então, a estrada não foi projetada, deputado Pedrossian Neto, para suportar um tráfego intenso de caminhões. E isso está acontecendo diariamente. Vidas já foram ceifadas em acidentes. É um cemitério a céu aberto de animais silvestres. Eu conheço a estrada. Milhares de animais, de todas as espécies, de todos os tamanhos, são atropelados diariamente lá. Nós pedimos socorro. Não dá mais. A rodovia não comporta isso. Sabemos que é preciso escoar o minério de ferro, mas retomar a ferrovia é urgente; porque Mato Grosso do Sul cresceu de forma impensável. É mérito do governo do estado, deputado Antonio Vaz, mas nós precisamos resolver a questão ambiental.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Um aparte?

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Concedo um aparte a Vossa Excelência.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Agradeço o segundo aparte. Quero apenas corroborar sua fala. Veja que muitos, no passado, diziam que ferrovia é inviável. Nós temos uma hidrovia, e a hidrovia é a grande solução. A hidrovia é parte da solução, ou seja, não resolve todo o problema. E eu vou ler uma notícia que saiu ontem num portal de notícias aqui do estado. "Hidrovia seca derrubou 81% das exportações de minério de ferro de Mato Grosso do Sul em 2024". Ou seja, como é que Corumbá, importante polo de desenvolvimento do nosso estado, uma cidade de mais de 100 mil habitantes, pode ter seu desenvolvimento condicionado a uma hidrovia que ora funciona, ora está seca e não funciona. Nós estamos vivendo uma época de mudanças climáticas. Imagine se nós tivéssemos investimentos bilionários que estão sendo projetados para extração do minério de ferro de urucum, que é um dos mais puros do mundo, com um eventual beneficiamento desse minério, com pelotização, com o investimento de siderurgia. E como escoar isso por uma hidrovia que de repente secou?... Então eu vejo isso como uma fragilidade muito grande da própria estratégia de desenvolvimento de Corumbá. Nós precisamos resolver essa questão da ferrovia para viabilizar economicamente a cidade de Corumbá, Ladário e toda a região do Pantanal. Então, eu quero dizer o seguinte: hoje fica muito claro que a hidrovia é uma grande solução, nosso estado tem duas. O rio Paraguai e o rio Paraná são grandes eixos de escoamento. Todavia, nós não podemos depender exclusivamente disso, porque isso pode afundar economicamente uma cidade do porte e da importância de Corumbá.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Obrigado, deputado Pedrossian Neto. Vossa Excelência tocou num assunto fundamental. E economia é logística de transporte. Quando se fala em logística de transporte, fala-se em transporte multimodal. Então, a hidrovia, que, durante muitos e muitos anos, foi o único meio de escoamento da produção de minérios, agora já não é mais suficiente. A hidrovia do rio Paraguai sofre, como Vossa Excelência disse, uma redução do volume de água, por conta das mudanças climáticas. Hoje, há vários pontos em que não é possível navegar em nenhuma época do ano. O tráfego das barcaças que levam o minério de ferro para a Argentina, para depois levar para a Europa, para a China, precisa ser interrompido por conta da não navegabilidade. Volto a dizer: este é um pedido de socorro. Não adianta grupos irem para lá (como é o caso da J&F, que comprou a operação da Vale do Rio Doce), aumentar a produção, se não há como escoar. Eu estou falando de produção anual de dois, três milhões de toneladas, está passando para quatro agora, e há projeto para passar para doze milhões de toneladas. Não há como escoar pela BR-262. A solução é a ferrovia. Volto a dizer, sem exagero nenhum: a BR-262, principalmente depois de Miranda até Corumbá, é um cemitério de animais silvestres a céu aberto. Ela não foi projetada para esse tipo de tráfego, ela foi projetada para um tráfego de carros menores, foi projetada para o ecoturismo, e não para o transporte de cargas. Nós precisamos trabalhar fortemente no sentido de conciliar duas coisas: desenvolvimento econômico e sustentabilidade. E sustentabilidade se faz com projetos, com equilíbrio, sem radicalismo. O estado precisa crescer, precisa desenvolver-se; mas precisa respeitar o meio ambiente, discutir, debater, antes de implantar determinados projetos. Nós estamos, hoje, buscando soluções para as coisas que já estão em andamento.



Então, que isso sirva de exemplo. Que projetos futuros prevejam, desde o seu início, que o desenvolvimento econômico precisa caminhar juntamente com a sustentabilidade. Essas são exigências do mundo. Mato Grosso do Sul precisa continuar sendo referência em desenvolvimento econômico, em preservação, em conservação ambiental, em sustentabilidade. E precisa continuar neste caminho. Ano passado, nesta Casa, foi criada a Lei do Pantanal, que foi feita ouvindo o setor produtivo, os segmentos ligados às questões ambientais, enfim. Eu trago aqui hoje, portanto, essas duas situações. Primeira: precisamos resolver com urgência a questão da estrada-parque de Piraputanga; o governo, juntamente com a iniciativa privada precisa intervir no caso. Segunda: a recuperação da ferrovia precisa sair de forma definitiva do papel. Que isso seja prioridade do governo. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente. Registramos e agradecemos a presença da senhora Ana Cláudia Gomes, presidente do Sisalms. Nossa reunião já está agendada para semana que vem, Ana Cláudia, para, juntamente com o departamento pessoal, darmos continuidade às tratativas referentes aos servidores. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Renato Câmara - MDB) — Há quórum para deliberação.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em discussão a única. Projeto de Lei nº 039/2024. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Declara de utilidade pública estadual o Instituto de Pesquisa e Inovação na Agricultura - Inovagri Centro-Oeste." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 039/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Renato Câmara (PMDB).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário em exercício, deputado Renato Câmara, sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Renato Câmara - MDB) — São dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.**

**PRESIDENTE** deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) —** Eu quero apenas agradecer aos deputados pela aprovação deste projeto de lei. O Instituto Inovari tem feito um excelente trabalho de treinamento e capacitação no ramo do agro em Mato Grosso do Sul. Chapadão é referência nacional. Muito obrigado a todos.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 015/2024. Autor: Poder Judiciário. "Altera a Lei nº 3.310, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores



Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como a Lei nº 3.687, de 9 de junho de 2009, que trata do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do quadro de pessoal do Poder Judiciário, para inserir no rol de servidores aptos a perceber adicional de atividade específica os operadores de sonorização do plenário do Tribunal de Justiça." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 015/2024, de autoria do Poder Judiciário.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.



**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 062/2024. Autor: Poder Executivo. "Concede benefício de assistência médico-social aos aposentados e aos pensionistas dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações do Poder Executivo Estadual, na forma que especifica." A Comissão de Assistência Social e Seguridade Social emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Lia Nogueira. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 062/2024, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.



**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.  
Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 046/2024. Autor: deputado Caravina. "Inclui no Calendário de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a 'Festa do Padroeiro São João Batista' do Município de Bataguassu'." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 046/2024, de autoria do deputado Caravina.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.  
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) —** Senhor presidente, quero agradecer aos colegas parlamentares pela aprovação deste projeto. A Festa da Padroeira, ainda chamada de 'quermesse' em Bataguassu, é uma grande festa que ocorre todos os sábados do mês de junho, recebe uma grande quantidade de pessoas, em torno de cinco a sete mil pessoas, por final de semana. O estado é parceiro no evento. Agora a Festa da Padroeira entra no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso



do Sul. Aproveito para convidar os colegas parlamentares para prestigiarem a festa. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, neste ano eleitoral é muito difícil; mas, para o ano que vem, pode reservar convites para os vinte e quatro deputados desta Casa. Nós vamos lá comemorar com o senhor.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Nós vamos fechar a mesa principal, no meio da festa.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — OK.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Senhor presidente, eu sei que não é o momento, mas eu quero colocar sobre a mesa uma moção de pesar aos familiares da senhora Germira Hoslback da Costa, pelo seu falecimento, ocorrido dia 31 de março do corrente ano, no município de Campo Grande. A senhora Germira era mãe do desembargador federal Nery da Costa Junior, do doutor Henrique da Costa Didonette. Ela deixou três filhos. Era uma senhora muito honrada e distinta. Nós nos solidarizamos com a família.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Deputado Lidio Lopes!

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Pois não.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Eu gostaria de solicitar que esta moção fosse transformada em nome da Casa.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sem problemas.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Pois não.

**DEPUTADO CORONEL DAVI** (PL) — Eu também gostaria de assinar a moção.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Com certeza.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Então, fica a moção transformada em nome da Casa. Vamos em frente. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos e onze indicações. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Gerson Claro, em razão do



falecimento do senhor Márcio Aurélio da Silva. Proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento do senhor Gildival Pereira. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Eu vou inverter o meu tempo com o deputado Professor Rinaldo.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Por inversão, com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados e todos que prestigiam a nossa Sessão! Eu quero apenas fazer um registro. Hoje, eu representei esta Casa de Lei no lançamento do livro da escritora Sílvia que conta a história dos cem anos do Asilo São João Bosco. O evento ocorreu ali no Bioparque. Eu fico feliz de saber que ainda há pessoas com essa motivação no coração para trabalhar em favor daqueles que mais precisam. Ao mesmo tempo, por outro lado, senhores, eu ouvi lá algo muito preocupante. A maioria dos idosos que vivem no asilo encontram-se no grau três. Ou seja, eles dependem de ajuda para tudo, inclusive para se alimentar. Precisamos olhar com um carinho, deputado Lídio Lopes, Vossa Excelência que é presidente da comissão, para esse público. Eu sempre digo que aquele que não é idoso deve ter um parente que é. Quando eu fui eleito vereador, o primeiro projeto que apresentei na Câmara foi nesse sentido. Infelizmente, por uma questão de inconstitucionalidade, o prefeito à época Nelson Trad, por meio do seu procurador, o vetou. Mas a minha ideia era que nós tivéssemos, deputado Pedro Kemp, em cada uma das sete regiões de Campo Grande, um centro de convivência nos moldes dos Ceinfs. Muitos idosos morrem deprimidos porque, muitas vezes, ficam em casa, abandonados pela própria família. E um centro de convivência que oferecesse terapia ocupacional, acompanhamento de profissionais de diferentes áreas, que permitisse que o idoso fosse deixado de manhã e retirado de tarde, daria uma qualidade de vida bem melhor para os idosos. Já que diziam que a minha proposta era inconstitucional, eu disse: se é prerrogativa do Poder Executivo, que a prefeitura o faça. Então, com a aprovação da Câmara de Vereadores, o Executivo municipal conseguiu comprar o antigo Grêmio Enersul e fazer o Centro de Convivência Vovó Ziza, que é uma referência. OK. Mas a minha ideia era que houvesse um centro de convivência em cada uma das sete regiões da cidade. Ressalto que o secretário de Assistência Social de Campo Grande, representando a prefeita Adriane Lopes, também estava ali no Bioparque. Em 2015, nós aprovamos uma lei para que 1% do ICMS oriundo do cigarro e do álcool fosse destinado ao terceiro setor. Os deputados que estavam aqui na época lembram muito bem disso. A Rose Modesto, governadora em exercício à época, sancionou a lei em janeiro de 2015; e até hoje ela não foi regulamentada. É preciso que a Sefaz faça um estudo e destrinche o que significa 1% do ICMS do álcool e do cigarro. Esse recurso daria condições para instituições tão importantes que cuidam de dependentes químicos, que cuidam de soropositivos, que é o caso da Afrangel, da



Igreja Católica, que cuida de pessoas com problemas neurológicos, que é o caso do Cotolengo, as APAEs, o Esquadrão da Vida, a Casa Peniel, da pastora Joelma, que cuida de crianças vítimas da exploração sexual; o pastor Silvano, que também cuida de crianças vítimas de exploração sexual. Essas instituições trabalham com muita dificuldade. E quando se fala do Asilo São João Bosco, que é uma referência em nosso estado e porque não dizer em nosso país, é preciso olhar com muito carinho para aquela instituição, porque ela atende um público, deputado Gerson Claro, bastante dependente de ajuda. Segundo a última estatística do IBGE, referente a 2022, mais de 32 milhões de pessoas estão com mais de 60 anos de idade. O tempo voa. Daqui a um ano e dois meses eu completarei 60 anos de idade. O tempo passa rapidamente. E é preciso que nós olhemos de forma muito especial para essa questão. Quero parabenizar o nosso querido senhor Gercino, que está há nove anos à frente da instituição. Ele me pediu ajuda por meio de emendas. Eu já encaminhei três emendas para lá este ano. Solicito que os colegas nos ajudem. E fica aqui esse apelo aos nossos colegas: que em 2025 a gente olhe com mais carinho para esse setor que construiu o nosso estado, o nosso país. E essas pessoas, muitas vezes, têm seus direitos desrespeitados. Eu percebo que o idoso, aqui no Brasil, é como se fosse um material descartável. As pessoas não olham de forma especial para eles dentro do ônibus, na fila do supermercado, em que pese a existência de leis que os defendem. Falta empatia. Muitas vezes, o idoso só precisa de um sorriso, de um aperto de mão ou de um abraço. Mas eu tenho certeza de que nós vamos construir um estado mais justo, mais fraterno, mais solidário. Quero deixar um apelo ao governador, já falei com a doutora Patrícia, para que nós regulamentemos a lei, que esta Casa já aprovou por unanimidade, que visa canalizar 1% do ICMS do cigarro e do álcool para instituições sociais. Acho que a gente pode conseguir a média de 20 milhões de reais por ano. Esse recurso pode ajudar muito as instituições. Eu sempre digo que profissão a gente escolhe, mas vocação é dada por Deus. Porque não é fácil cuidar de dependente químico, de idoso, de pessoa tetraplégica, enfim. Nem todo o mundo tem o dom de cuidar de vidas. Nessas instituições há homens e mulheres que são verdadeiros anjos de Deus. Essas pessoas trabalham com espírito altruísta. Muitas delas são voluntárias. Elas amam o que fazem. Era o que eu tinha, senhor presente. Muito obrigado. Semana abençoada a todos!

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Não há mais oradores inscritos. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (10h38min).